

Comissão comunica Gianello sobre processo que pode culminar em cassação do seu mandato

Comissão comunica Gianello sobre processo que pode culminar em cassação do seu mandato

Vereador é acusado de improbidade administrativa, violação ao decoro parlamentar e conduta incompatível com o cargo

CELSON M. RODRIGUES

Após ter seu nome envolvido em supostas ilegalidades que, segundo a denúncia, são incompatíveis com o cargo ao qual ocupa, o vereador de São Caetano, Matheus Gianello - PL, pode sofrer cassação de seu mandato, caso sejam comprovadas as irregularidades.

Dessa forma, as acusações apontam improbidade administrativa, violação ao decoro parlamentar e conduta incompatível com a dignidade do cargo, com isso, Gianello tem dez dias para apresentar sua defesa sobre as acusações, a contar do dia 28 de maio.

Aliás, o prazo termina em 07 de junho, mas como essa data é um domingo, o parlamentar ganhou um dia extra, podendo apresentar sua argumentação até 08 de junho.

Porém, para ser julgado, foi necessária a criação de uma comissão processante, que escolheu os vereadores Cícinho Moreira - PL, como presidente, e Jander Lira - PSB, como relator. Com isso, o REPÓRTER entrou em contato com o presidente da comissão, que garantiu que tudo será feito dentro do âmbito e rito da legislação.

LEGALIDADE

“Conduziremos todos os trabalhos com estrita observância da legalidade, ampla defesa e devido processo legal, analisando os fatos com responsabilidade, imparcialidade e transparência. Assim, o vereador Matheus Gianello terá assegurado o pleno exercício do direito de defesa dentro dos prazos e procedimentos previstos na legislação aplicável”, garantiu Cícinho.

Por outro lado, Matheus Gianello se posicionou e afirmou que somente reconheceu o que é permitido pela lei.

CMSCS



Vereador diz que apresentará provas para rebater as acusações

HOME OFFICE

“Vou mostrar que não fizemos nada de errado, até porque, aqui na Câmara, a gente tem uma prática de home office muito grande, inclusive, autorizada. Portanto, ela - assessora - foi para Itália e se tivesse me avisado não teria problema, contudo, ela foi demitida pelo fato de não ter me comunicado que iria para Itália, não por ter ido”, se defendeu Gianello, que concluiu:

“Minha quebra de decoro é porque atestei que ela trabalhou quando estava na Itália, mas ela trabalhou, mesmo a distância, e existem provas que ela trabalhou e por isso eu atestei”.

Bem como o presidente e o acusado foram procurados pelo REPÓRTER, o relator Jander Lira também explicou como funciona a liturgia do processo.

“Agora, vamos fazer a investigação, se tem razão, se tem motivos, portanto, vamos verificar se procedem as acusações. Aliás, tivemos a primeira reunião, e o Matheus Gianello foi comunicado, e tem 10 dias para rebater todas as acusações, e feita a defesa, nos reuniremos para verificar o que procede e o que não procede. E, em até 90 dias corridos, pode ser antes, vamos entregar o relatório, que vai ser votado na Câmara pelos 21 vereadores”, esclareceu.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal ABC Repórter - Grande ABC/SP

Seção: Política **Página:** 2